



Câmara Municipal de Muniz Freire

Estado do Espírito Santo

RELATÓRIO: RELACI 2021.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO ÓRGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

Emitente: Unidade Executora do Controle Interno.

Unidade Gestora: Câmara Municipal de Muniz Freire/ES.

Gestor responsável: Vilma Soares Louzada - Vereadora-Presidente.

Código TCE-ES: 050L0200001 - **Macrorregião TCE-ES:** Sul.

Exercício: 2021.

DA INTRODUÇÃO

A Unidade de Controle Interno da Câmara Municipal de Muniz Freire no exercício de 2021 realizou procedimentos de controle, que teve como missão garantir, mediante ações preventivas de orientação, fiscalização e avaliação de resultados, visando princípios fundamentais da Administração Pública, e ainda, pautando-se pela ética e transparência, com o objetivo de exercer o controle interno garantindo o cumprimento das normas quanto à legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, bem como, consolidar a transparência e o controle a gestão.

Por se tratar de um instrumento de transparência e prestação de contas, destacamos as principais atividades desenvolvidas pela Câmara Municipal de Muniz Freire/ES no ano de 2021. Destaca-se que não houve no ano de 2021 a estruturação do “Plano Anual de Auditorias Internas – PAAI”, sendo que os procedimentos realizados foram todos desenvolvidos espontaneamente através de verificação de documentos e do que constam nos relatórios elaborados e inseridos no Portal da Transparência e encaminhados ao TCEES.

Nesse intuito, foram analisados os pontos constantes da IN nº 68/2021 em concomitância com a IN nº 88/2021 e suas alterações:



Câmara Municipal de Muniz Freire
Estado do Espírito Santo

Dos pontos de controle e constatações:

1. Itens de abordagem prioritária							
1.1. Gestão fiscal, financeira e orçamentária							
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada	Resultado
1.1.2	Despesa – realização sem prévio empenho	De Dispensa – inexigibilidade.	Lei 4.320/64, art. 60	Verificação documental.	39 (proc.)	029/2021; 035/2021; 118/2021; 131/2021; 144/2021; 176/2021; 384/2021; 449/2021; 489/2021; 558/2021; 757/2021; 781/2021	Diante das amostras selecionadas, não foi possível encontrar divergências entre despesas e empenho, sendo que todas as dispensas e inexigibilidades observaram os ditames da Lei nº 8.666/91.
1.2. Gestão Previdenciária							
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada	Resultado



Câmara Municipal de Muniz Freire
Estado do Espírito Santo

1.2.1	Registro por competência – despesas previdenciárias patronais	Relatórios	CF/88, art. 40., art. 69. Lei 9.717/1998, art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local Regime de competência	Verificação documental.	12 meses	12 meses	O registro por competência foi realizado adequadamente.
1.2.2	Pagamento das obrigações previdenciárias - parte patronal	Relatórios	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9.717/1998, art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local Regime de competência	Verificação documental.	12 meses	12 meses	Sim, houve pagamento tempestivo, conforme Análise de Conformidade das Contas CMMF
1.2.3	Registro por competência – multas e juros por atraso de pagamento	Relatórios	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9.717/1998, art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local Regime de competência	Verificação documental.	12 meses	12 meses	Não houve pagamento de juros, multa ou de obrigação complementares, ou seja, tudo devidamente pago em dia.



Câmara Municipal de Muniz Freire
Estado do Espírito Santo

1.2.4	Retenção/Repasse das contribuições previdenciárias - parte servidor	Relatórios	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998, art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local	Verificação documental.	12 meses	12 meses	Sim, todos os servidores tiveram retenção das contribuições previdenciárias, quitadas tempestivamente.
1.2.5	Parcelamento de débitos previdenciários	Relatórios	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998 art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local Regime de competência LRF, art. 69. Lei 9717/1998, art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local	Verificação documental.	12 meses	12 meses	Não houve parcelamentos ou débitos pendentes devidos por este Poder Público



Câmara Municipal de Muniz Freire
Estado do Espírito Santo

1.2.8	Medidas de Cobrança – Créditos Previdenciários a receber e parcelamentos a receber débitos previdenciários	Relatórios	LRF	Verificação documental.	12 meses	12 meses	Não existem obrigações previdenciárias não recolhidas que foram objeto de cobrança
--------------	--	------------	-----	-------------------------	----------	----------	--

1.3.	Gestão Patrimonial						
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada	Resultado
1.3.1	Bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis registro contábil compatibilidade com inventário.	Relatórios e Almoxarifado	CRFB/88, art. 37, caput c/c Lei 4.320/1964, artigos 94 a 96. art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local Regime de competência	Verificação documental.	12 meses	06 meses	Todos os bens móveis e imóveis da Câmara encontram-se devidamente registrados e avaliados. O trabalho é feito paralelamente entre o Setor Patrimonial e Contábil, dessa forma quando é feito o balancete mensal, todas as divergências são apuradas e sanadas antes mesmo do fechamento.



Câmara Municipal de Muniz Freire
Estado do Espírito Santo

1.3.3	Disponibilidades - financeiras depósito e aplicação	Consulta Bancária	LC 101/2000, art. 43 c/c § 3º, do artigo 164 da CRFB/88 LRF, art. 69. Lei 9.717/1998, art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local Regime de competência	Verificação documental.	02 instituições	02 instituições	CEF e Banco do Brasil
1.3.4	Disponibilidades - financeiras depósito e aplicação	Demonstrativos	Lei 4.320/1964, artigos 94 a 96. LRF, art. 69. Lei 9.717/1998, art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local Regime de competência	Verificação documental.	12 meses	12 meses	Os valores depositados em contas correntes e aplicações financeiras são totalmente compatíveis com os valores registrados e apresentados pelo Setor Contábil através de extratos bancários no final do exercício complementares.

1.4.	Limites Constitucionais e Legais
-------------	---



Câmara Municipal de Muniz Freire
Estado do Espírito Santo

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada	Resultado
1.4.7	Despesas com pessoal – limite	Relatório	LC 101/2000, arts. 19 e 20.	Verificação documental.	12 meses	12 meses	A Receita Corrente Líquida do Município no exercício de 2021 foi de R\$ 71.885.862,81 (sem FUNDEF) e as despesas totais com pessoal na Câmara foi de R\$ 2.015.724,61, correspondente ao percentual de 2,80% de despesas total com pessoal em relação a Receita Corrente Líquida do município.
1.4.8	Despesas com pessoal descumprimento de limites - nulidade do ato	Relatório	LC 101/2000, art. 21	Verificação documental.	12 meses	12 meses	Não foram praticados atos que provocaram aumento das despesas com pessoal sem observar as disposições contidas nos incisos I e II, do artigo 21, da LRF
1.4.9	Despesas com pessoal – aumento despesas nos últimos 180 dias do fim de mandato – nulidade o ato	Relatório	LC 101/2000, art. 21, Parágrafo único.	Verificação documental.	12 meses	12 meses	Não houve aumento de despesas com pessoal nos últimos 180 (cento e oitenta) dias anteriores ao término do mandato do titular do Poder.



Câmara Municipal de Muniz Freire
Estado do Espírito Santo

1.4.10	Despesas com pessoal – limite prudencial – vedações	Relatório	LC 101/2000, art. 22, parágrafo único.	Verificação documental.	12 meses	12 meses	As despesas totais com pessoal não excederam 95% do limite máximo permitido para o Poder, nem o limite legal de 6% nem o prudencial de 5,7% foi ultrapassado.
1.4.11	Despesas com pessoal – extrapolação do limite – providências / medidas de contenção	Relatório	LC 101/2000, art. 23 c/c CRFB/88, art. 169, §§ 3º e 4º.	Verificação documental.	12 meses	12 meses	As despesas totais com pessoal não ultrapassaram o limite estabelecido no artigo 20 da LRF e, não foi necessário a adoção de medidas saneadoras previstas no artigo 23 da LRF (e 169, §§ 3º e 4º da CF/88).
1.4.13	Poder Legislativo Municipal – despesa com folha de pagamento	Relatório	CRFB/88, art. 29-A, § 1º.	Verificação documental.	12 meses	12 meses	O duodécimo repassado foi no valor de R\$ 2.782.807,08. O gasto com a folha de pagamento foi de R\$ 1.553.827,39 (já sem encargos trabalhistas e os inativos). Assim sendo, comprometeu cerca de 55,83% por cento dos recursos financeiros recebidos, percentual menor que 70%, limite este constitucionalmente previsto no artigo 29-A, § 1º da CRFB/88.



Câmara Municipal de Muniz Freire
Estado do Espírito Santo

1.4.17	Despesas com pessoal – subsídio dos vereadores – fixação	Norma Municipal	CRFB/88, art. 29, inciso VI.	Verificação documental.	12 meses	12 meses	A fixação do subsídio dos Vereadores foi determinada pela Lei Municipal 2.868/2020. Foi observado a fixação do subsídio para a legislatura subsequente.
1.4.18	Despesas com pessoal – subsídio dos vereadores – pagamento	Norma Municipal	CRFB/88, art. 29, inciso VI.	Verificação documental.	12 meses	12 meses	Com base na alínea “b” do inciso VI do artigo 29 da CR/88, foi obedecido o limite máximo de 30% (trinta por cento) do subsídio dos Deputados Estaduais,
1.4.19	Despesas com pessoal – remuneração vereadores	Relatório	CRFB/88, art. 29, inciso VII.	Verificação documental.	12 meses	12 meses	O total da despesa com a remuneração dos Vereadores NÃO ultrapassou o montante de 5% (cinco por cento) da receita do Município.
1.4.20	Poder Legislativo Municipal – despesa total	Relatório	CRFB/88, art. 29-A.	Verificação documental.	12 meses	12 meses	O total da despesa com a remuneração do Poder Legislativo, incluídos os subsídios dos vereadores e excluídos os gastos com inativos, NÃO ultrapassou o os percentuais definidos pelo artigo 29-A da CRFB/88.

1.5	Demais atos de gestão
-----	-----------------------



Câmara Municipal de Muniz Freire

Estado do Espírito Santo

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada	Resultado
1.5.1	Documentos integrantes da PCA - compatibilidade com o normativo do TCE	PCA	IN regulamentadora da remessa de prestação de conta	Verificação documental.	1	1	Todos os documentos da PCA estão de acordo com a IN 043/2017 do Tribunal de Contas, referente a remessa

2 Itens de abordagem complementar							
2.2 Gestão fiscal, financeira e orçamentária							
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada	Resultado
2.2.29	Déficit orçamentário - medidas de contenção	Relatórios	LC 101/2000, art. 9º.	Verificação documental	12 meses	12 meses	Não foram expedidos atos de limitação de empenho no exercício de 2020. Não houve déficit orçamentário, assim como todos os gastos foram devidamente analisados.
2.2.31	Despesa – liquidação	Relatórios	Lei 4.320/1964, art. 63	Verificação documental	12 meses	12 meses	Todas as liquidações de despesas atendem aos pré-requisitos estabelecidos no artigo 63 da Lei Federal nº 4.320/64.



Câmara Municipal de Muniz Freire
Estado do Espírito Santo

2.2.32	Pagamento de despesas sem regular liquidação	Relatórios	Lei 4.320/1964, art. 62.	Verificação documental	12 meses	12 meses	Todos os pagamentos de despesas foram feitos mediante prévia liquidação.
--------	--	------------	--------------------------	------------------------	----------	----------	--

2.5		Gestão Previdenciária					
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada	Resultado
2.5.1	Retenção de impostos, contribuições sociais e previdenciárias.	Relatórios	LC 116/2003, art. 6º/ Decreto Federal nº 3.000/1999. Lei 8.212/1991. Lei Local.	Verificação documental	12 meses	12 meses	Foram realizadas as devidas retenções na fonte e recolhimento de impostos e as contribuições previdenciárias estão sendo calculadas e retidas, com o regular e tempestivo desconto previdenciário.

2.6		Demais Atos de Gestão					
Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada	Resultado



Câmara Municipal de Muniz Freire
Estado do Espírito Santo

2.6.1	Pessoal – função de confiança e cargos em comissão	Relatórios	CRFB/88, art. 37, inciso V.	Verificação documental	12 meses	12 meses	As funções de confiança estão sendo exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo e se os cargos em comissão se destinam apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento
2.6.2	Pessoal – função de confiança e cargos em comissão	Relatórios	Legislação específica do órgão	Verificação documental	12 meses	12 meses	A legislação específica está sendo observada.
2.6.5	Realização de despesas sem previsão em lei específica.	Relatórios	CRFB/88, art. 37, caput.	Verificação documental	12 meses	12 meses	Não foi identificado o pagamento de despesas com subsídios, vencimentos, vantagens pecuniárias e jetons não autorizados por lei específica.
2.6.6	Dispensa e inexigibilidade de licitação.	Licitação, Dispensa e Inexigibilidade	Lei 8.666/93, arts. 24, 25 e 26.	Verificação documental	12 meses	12 meses	As contratações por dispensa ou inexigibilidade de licitação observaram as disposições contidas nos artigos 24 a 26 da Lei de Licitações.



Câmara Municipal de Muniz Freire

Estado do Espírito Santo

ATRIBUIÇÕES E AÇÕES DESENVOLVIDAS:

4.1. Atribuições e Responsabilidades

Segundo o art. 5º da Lei Municipal nº 2.310/2013, são responsabilidades da Unidade Central de Controle Interno referida no artigo 7º, além daquelas dispostas nos art. 74 da Constituição Federal e art. 76 da Constituição Estadual, também as seguintes:

- I. Coordenar as atividades relacionadas com o Sistema de Controle Interno da Prefeitura Municipal, abrangendo as administrações Direta e Indireta, promover a integração operacional e orientar a elaboração dos atos normativos sobre procedimentos de controle;
- II. Apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional, supervisionando e auxiliando as unidades executoras no relacionamento com o Tribunal de Contas do Estado, quanto ao encaminhamento de documentos e informações, atendimento às equipes técnicas, recebimento de diligências, elaboração de respostas, tramitação dos processos e apresentação dos recursos;
- III. Assessorar a administração nos aspectos relacionados com os controles interno e externo e quanto à legalidade dos atos de gestão, emitindo relatórios e pareceres sobre os mesmos;
- IV. Interpretar e pronunciar-se sobre a legislação concernente à execução orçamentária, financeira e patrimonial;
- V. Medir e avaliar a eficiência, eficácia e efetividade dos procedimentos de controle interno, através das atividades de auditoria interna a serem realizadas, mediante metodologia e programação próprias, nos diversos sistemas administrativos da Prefeitura Municipal, incluindo suas administrações Direta e Indireta, expedindo relatórios com recomendações para o aprimoramento dos controles;
- VI. Avaliar o cumprimento dos programas, objetivos e metas espelhadas no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e no Orçamento, inclusive quanto a ações descentralizadas executadas à conta de recursos oriundos dos Orçamentos Fiscal e de Investimentos;



Câmara Municipal de Muniz Freire

Estado do Espírito Santo

- VII.** Exercer o acompanhamento sobre a observância dos limites constitucionais, da Lei de Responsabilidade Fiscal e os estabelecidos nos demais instrumentos legais;
- VIII.** Estabelecer mecanismos voltados a comprovar a legalidade e a legitimidade dos atos de gestão e avaliar os resultados, quanto à eficácia, eficiência e economicidade na gestão orçamentária, financeira, patrimonial e operacional nos correspondentes da Prefeitura Municipal, abrangendo as administrações Direta e Indireta, bem como, na aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;
- IX.** Exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres do Ente;
- X.** Supervisionar as medidas adotadas pelos Poderes, para o retorno da despesa total com pessoal ao respectivo limite, caso necessário, nos termos dos artigos 22 e 23 da Lei de Responsabilidade Fiscal;
- XI.** Tomar as providências, conforme o disposto no art. 31 da Lei de Responsabilidade Fiscal, para recondução dos montantes das dívidas consolidada e mobiliária aos respectivos limites;
- XII.** Aferir a destinação dos recursos obtidos com a alienação de ativos, tendo em vista as restrições constitucionais e as da Lei de Responsabilidade Fiscal;
- XIII.** Acompanhar a divulgação dos instrumentos de transparência da gestão fiscal nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal, em especial quanto ao Relatório Resumido da Execução Orçamentária e ao Relatório de Gestão Fiscal, aferindo a consistência das informações constantes de tais documentos;
- XIV.** Participar do processo de planejamento e acompanhar a elaboração do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária;
- XV.** Manifestar-se, quando solicitado pela Administração, acerca da regularidade e legalidade de processos licitatórios, sua dispensa ou inexigibilidade e sobre o cumprimento e/ou legalidade de atos, contratos e outros instrumentos congêneres;
- XVI.** Propor a melhoria ou implantação de sistemas de processamento eletrônico de dados em todas as atividades da administração pública, com o objetivo de aprimorar os controles internos, agilizar as rotinas e melhorar o nível das informações;
- XVII.** Instituir e manter sistema de informações para o exercício das atividades finalísticas do Sistema de Controle Interno;



Câmara Municipal de Muniz Freire

Estado do Espírito Santo

- XVIII.** Verificar os atos de admissão de pessoal, aposentadoria, reforma, revisão de proventos e pensão para posterior registro no Tribunal de Contas;
- XIX.** Manifestar através de relatórios, auditorias, inspeções, pareceres e outros pronunciamentos voltados a identificar e sanar as possíveis irregularidades;
- XX.** Alertar formalmente a autoridade administrativa competente para que instaure imediatamente a Tomada de Contas, sob pena de responsabilidade solidária, as ações destinadas a apurar os atos ou fatos inquinados de ilegais, ilegítimos ou antieconômicos que resultem em prejuízo ao erário, praticados por agentes públicos, ou quando não forem prestadas as contas ou, ainda, quando ocorrer desfalque, desvio de dinheiro, bens ou valores públicos;
- XXI.** Revisar e emitir parecer sobre os processos de Tomadas de Contas Especiais instauradas pela Prefeitura Municipal, incluindo suas administrações Direta e Indireta, determinadas pelo Tribunal de Contas do Estado;
- XXII.** Representar ao TCEES, sob pena de responsabilidade solidária, sobre as irregularidades e ilegalidades identificadas e as medidas adotadas;
- XXIII.** Emitir parecer conclusivo sobre as contas anuais prestadas pela administração;
- XXIV.** Realizar outras atividades de manutenção e aperfeiçoamento do Sistema de Controle Interno.

Instruções Normativas

- IN SCI 001/2014 - Dispõe sobre a elaboração das Instruções Normativas (Norma das Normas) e dá outras providências.
- IN SCI 002/2014 - Dispõe sobre a realização de Auditorias Internas, Inspeções e Tomadas de Contas Especiais e dá outras providências.
- IN SCI 003/2014 - Dispõe sobre a Emissão do Parecer Conclusivo sobre as Contas Anuais e dá outras providências.
- IN SCI 004/2014 - Dispõe sobre a Remessa de Documentos e Informações ao TCEES e dá outras providências.
- IN SCI 005/2014 - Dispõe sobre o Atendimento às Equipes de Controle Externo e dá outras providências.

Rua João Ivo Aguiar, nº 202 - Centro - Muniz Freire/ES CEP: 29.380-000.

Telefone(s): (28) 3544-1337 / 3544-1611 / 3544-1324

www.camaramunizfreire.es.gov.br



Câmara Municipal de Muniz Freire

Estado do Espírito Santo

- IN SCI 006/2014 - Dispõe sobre o Exercício das Demais Atribuições Específicas da UCCI e dá outras providências.

Estrutura Organizacional:

O Controle Interno da Câmara Municipal de Muniz Freire é composto atualmente por apenas 01 (um) Controlador, função comissionada.

O Controle Interno da Câmara de Muniz Freire compreende o plano de organização e todos os métodos e medidas adotados pela administração para salvaguardar os ativos, desenvolver a eficiência nas operações, avaliar o cumprimento dos programas, objetivos, metas e orçamentos e das políticas administrativas prescritas, verificar a exatidão e a fidelidade das informações e assegurar o cumprimento da lei.

Da Responsável pela Unidade Gestora no ano de 2021

É importante ressaltar que o Controlador Interno em exercício (Lucas Soares Morgado), que a esta subscreve, foi nomeado tão somente em 04/01/2022, com o escopo de substituir interinamente a Controladora Interna (Margaret Bicalho Machado Justo) que esteve a frente da Unidade Gestora no ano de 2021, ante o gozo de sua licença-maternidade neste primeiro semestre de 2022.

Logo, os relatórios e inspeções realizadas, bem como os conteúdos dos arquivos referentes ao RELACI, RELUCI e INFOCI são todos de sua responsabilidade e competência, e, por isso, também subscreve os relatórios que compõe a PCA do corrente ano a Responsável pela Unidade Gestora no ano de 2021.

Elaboração de Relatórios

No 1º trimestre de 2021, esta Controladoria Interna examinou documentos que compunham a Prestação de Contas Anual, relativo ao exercício financeiro de 2020,

Rua João Ivo Aguiar, nº 202 - Centro - Muniz Freire/ES CEP: 29.380-000.

Telefone(s): (28) 3544-1337 / 3544-1611 / 3544-1324

www.camaramunizfreire.es.gov.br



Câmara Municipal de Muniz Freire

Estado do Espírito Santo

emitindo Relatório Conclusivo do Controle Interno (RELUCI) e o Relatório de Atividades do Controle Interno (RELACI).

Portal da Transparência

A Controladoria fez regular monitoramento em relação à alimentação do Portal da Transparência, orientando para que as informações fossem inseridas em tempo real, em cumprimento ao que dispõe a Lei de Acesso à Informação.

Auditorias e Ausência de Profissional Técnico Especializado

Apesar de ainda não haver norma editada sobre o assunto, é entendimento comum que os documentos contábeis elaborados para a PCA deverão ser analisados e/ou auditados exclusivamente por profissional especializado em auditoria contábil, a quem compete a responsabilidade por emitir parecer técnico sobre a movimentação contábil e embasar o Relatório Conclusivo do Controle Interno, que integra a PCA.

Esta Controladoria permanece sem um Auditor para integrar os quadros de servidores do Controle Interno desta Casa de Leis, cujo rol de competências incluía a análise e/ou auditorias de documentos contábeis utilizados para embasar os Relatórios do Controlador Interno na Prestação de Contas Anual (PCA).

Na impossibilidade de contar com profissional para análise das peças contábeis, esta Controladoria realizou o levantamento de todos os dados necessários para a elaboração do presente relatório, elaborado e cedido (ou inserido no Portal da Transparência) pela Contadora da Câmara Municipal para analisar as peças contábeis emitidas pelo setor contábil desta Casa de Leis.

Cumpre salientar que foi respondido no ano de 2021 um Levantamento feito pelo Tribunal de Contas sobre o Sistema de Controle Interno, colaborando-se, portanto, para um melhor funcionamento deste Órgão.



Câmara Municipal de Muniz Freire

Estado do Espírito Santo

Tomada de contas Especiais (TCE) e Procedimentos Administrativos Instaurados:

Não foram contatadas ocorrências outras quaisquer suficientes para ensejar procedimento de Tomada de Contas Especiais (TCE) ou mesmo Procedimento Administrativo (PAD), instaurados nos moldes da Instrução Normativa 002/2014.

Considerações Finais:

A Controladoria exerceu efetivamente sua atividade por meio de verificações/comparações de conformidade de documentos, normas, processos, além de outras manifestações.

No que se refere à legalidade dos atos da gestão orçamentária, financeira no que diz respeito às contas do Poder Legislativo, durante o exercício de 2021, representa, adequadamente, de acordo com os demonstrativos orçamentários e demais documentos contábeis levantados.

No que se refere à legitimidade, economicidade, eficácia e demais princípios que devem nortear os atos da presidente da Câmara Municipal, e tendo como base os pontos de controle avaliados e apresentados neste relatório, não foram encontradas inconformidades.

Ressalvamos que nossa opinião sobre as demonstrações contábeis se restringem a composição das presentes, não se constituindo em juízo de valor quanto à adequação dos registros contábeis, em face da ausência de habilitação profissional técnica da Controladora em exercício no ano de 2021 que também subscreve o parecer.

Ante ao exposto, até a presente data, em nossa opinião, com base no exercício da



Câmara Municipal de Muniz Freire

Estado do Espírito Santo

atividade, a referida prestação de contas encontra-se **REGULAR**.

Muniz Freire/ES, 25 de março de 2022.

LUCAS SOARES MORGADO

Controlador Interno
(em exercício)

MARGARET BICALHO MACHADO

Controladora Interno sob licença-
maternidade
(em exercício no ano de 2021)